



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
APROVADA

EM 09 / 07 / 2025

Ricardo Vasconcelos Silva
Presidente

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA
44ª LEGISLATURA
3 DE JULHO DE 2025
DENOMINADA ALAÍDE SOUZA COSTA

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, às nove horas e quinze minutos, o Senhor Presidente, Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), declarou aberta a sessão, com o Vereador Joaquim da Janelinha (PDT) ocupando a Primeira e a Segunda Secretarias. Presentes na abertura da sessão os Senhores Vereadores: Breno Garibalde (REDE), Fábio Meireles (PDT), Iran Barbosa (PSOL), Joaquim da Janelinha (PDT), Ricardo Vasconcelos (PSD), Selma França (PSD) e Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB). No decorrer da sessão, foi registrada a presença dos Vereadores: Alex Melo (PRD), Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Camilo Daniel (PT), Elber Batalha (PSB), Isac (UNIÃO BRASIL), Levi Oliveira (PP), Lúcio Flávio (PL), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Miltinho Dantas (PSD), Moana Valadares (PL), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Professora Sônia Meire (PSOL), Rodrigo Fontes (PSB), Alessandro da Conceição (Soneca, PSD), Thannata da Equoterapia (MOBILIZA) e Vinicius Porto (PDT) (vinte e cinco). Ausente o Vereador: Sávio Neto de Vardo (PODEMOS), com justificativa. **EXPEDIENTE:** Pela Ordem, o Vereador Iran Barbosa (PSOL) reclamou que havia apenas seis parlamentares no plenário no momento da abertura da sessão e se posicionou contra a abertura da sessão nessas condições, argumentando que muitos parlamentares deixam de comparecer para participar de outros eventos e atividades. Ato Contínuo, o Senhor Presidente, Vereador Ricardo Vasconcelos (PSD), informou que estava no banheiro desta Casa e pediu ao Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB) que abrisse a sessão. Reconheceu que tem sido um grande esforço cobrar a frequência de alguns parlamentares e sugeriu a adoção de medida que impute faltas aos parlamentares que não

comparecerem por três sessões. Pela Ordem, o Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB) reconheceu a reivindicação e o apreço do Vereador do PSOL ao Regimento e afirmou que buscará medida administrativa para compelir os demais parlamentares a se fazerem presentes no momento da abertura da sessão. Lida a ata da quinquagésima sessão ordinária e inseridas as atas da vigésima oitava, vigésima nona, trigésima, trigésima primeira e trigésima segunda sessões extraordinárias, que foram aprovadas sem restrições. **Constam do Expediente** o Projeto de Lei Complementar número 9/2025, de autoria do Poder Executivo, altera, acrescenta e revoga o dispositivo da Lei Complementar número 50, de 28 de dezembro de 2001; altera o quadro de pessoal do Instituto de Previdência do Município de Aracaju – ARACAJU PREVIDÊNCIA; concede reajuste salarial aos servidores públicos do Poder Executivo Municipal que especifica, a partir de 1º de janeiro de 2026; e dá outras providências; o Projeto de Lei número 239/2025, de autoria do Vereador Camilo Daniel (PT), dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, nas placas de sinalização da denominação das vias e áreas urbanas, da identificação de corpos hídricos (rios, riachos, córregos, lagoas e lagos) existentes antes da urbanização do local, e dá outras providências. Projetos de Decreto Legislativo números 68/2025, de autoria do Vereador Rodrigo Fontes (PSB), concede Título de Cidadania Aracajuana a Levi Santos de Oliveira Filho e determina providências correlatas; e 70/2025, de autoria do Vereador Elber Batalha (PSB), concede Título de Cidadania Aracajuana a José Eduardo de Assis Silva e determina providências correlatas. Requerimentos números 235/2025 e 236/2025, de autoria da Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL); 240/2025, de autoria do Vereador Bigode do Santa Maria (PSD); 242/2025, de autoria do Vereador Elber Batalha (PSB); e 243/2025, de autoria do Vereador Isac (UNIÃO BRASIL). Indicações números 1276/2025, 1291/2025 a 1297/2025, 1311/2025 e 1312/2025, de autoria do Vereador Iran Barbosa (PSOL); 1314/2025, 1315/2025 e 1317/2025, de autoria do Vereador Breno Garibaldi (REDE); e 1316/2025, de autoria do Vereador Bigode do Santa Maria (PSD). Pela Ordem, o Vereador Iran Barbosa (PSOL) disse que o Projeto de Lei do Poder Executivo, que altera o sistema previdenciário do município, conta com dois anexos, mas não apresenta o quadro atual para que seja feita uma comparação e solicitou que esses dados sejam encaminhados. Sustentou ainda que a motivação do referido projeto é a imposição da legislação

nacional para obtenção da Certidão de Regularidade Previdenciária; contudo, segundo o parlamentar, os documentos apresentados não contêm qualquer demonstração do caráter deficitário da previdência. Por fim, requereu que a Prefeitura de Aracaju encaminhe o quadro vigente de pessoal do ARACAJU PREVIDÊNCIA, bem como os dados relativos ao comportamento do instituto que demonstrem seu caráter deficitário. Pela Ordem, a Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL) destacou que há diferenças entre a análise financeira e a análise atuarial, e mencionou que há projetos em tramitação na Câmara Federal que incidem sobre a ampliação da alíquota para aposentados e pensionistas. Afirmou ainda que apresentará emendas e que o projeto deveria ser objeto de discussão da mesa de negociação antes de ser encaminhado a esta Casa. Ato Contínuo, o Senhor Presidente, Vereador Ricardo Vasconcelos (PSD), requereu ao vice-líder do governo que diligencie essas informações e esclareceu que o mesmo projeto encaminhado prevê uma compensação de três por cento aos servidores, em razão do aumento das contribuições previdenciárias de onze por cento para quatorze por cento. Salientou que o projeto decorre de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e de liminares que foram derrubadas. Pela Ordem, o Vereador Iran Barbosa (PSOL) disse que a proposta apresenta problemas graves, contamina a previdência superavitária que existe hoje e cria uma distorção ao não ampliar a contribuição patronal, fazendo com que o aumento recaia exclusivamente sobre os servidores. Alertou, ainda, para a ausência de regras de transição. Pela Ordem, a Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL) alertou para o princípio da solidariedade, preceito fundamental da previdência, e sustentou que a reforma de dois mil e vinte e um já deixava de observar essa questão, arrematada no projeto a ser discutido. Defendeu que alguns itens não podem ser mantidos da forma como estão, pois sequer estão previstos na reforma federal. ***Inscritos no Pequeno Expediente***, usaram da palavra os Vereadores: José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD) reiterou queixa em relação aos vazamentos no fornecimento de água e aos problemas de infraestrutura nas vias do bairro Santa Maria. Enfatizou os severos problemas de infraestrutura nos conjuntos Padre Pedro e Valadares, que demandam atenção urgente do município. Noutro ponto, agradeceu ao superintendente da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Nelson Felipe, pelo atendimento às demandas que apresentou, reivindicações que eram ignoradas pelo gestor anterior. Pela

Ordem, o Vereador Iran Barbosa (PSOL) lamentou o falecimento da professora Alaíde Souza Costa, transmitiu seus votos de pesar e requereu que a sessão fosse denominada em homenagem à educadora, o que foi deferido. O Vereador Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS) parabenizou a prefeita Emília Corrêa (PL) pelo sucesso do Forró Caju, assim como o governador Fábio Mitidieri (PSD) pelo êxito da Vila do Forró e do Arraiá do Povo. Manifestou também sua satisfação com a realização do concurso de quadrilhas juninas no Complexo Cultural Gonzagão e rendeu elogios à senhora Sandra, coordenadora do Gonzagão, pelo trabalho que vem desenvolvendo. Disse que não pôde comparecer ao Forró Caju, pois seus filhos estavam doentes, mas exaltou o momento em que alguns vereadores presentearam o ex-deputado André Moura (UNIÃO BRASIL). Salientou que, em dois mil e vinte, o ex-deputado federal o acolheu no PODEMOS, sendo muito bem recebido no partido. Declarou apoio ao político e agradeceu pela lealdade e pelo carinho. O Vereador Breno Garibalde (REDE) falou sobre o sofrimento de pessoas com autismo, animais, crianças e idosos em razão do barulho provocado por fogos de artifício. Disse que, nesta Casa, representantes das barracas de fogos afirmaram que esse tipo de artefato não era mais comercializado. Entretanto, o parlamentar informou que um assessor de seu gabinete foi até as barracas e conseguiu, sim, adquirir fogos que são proibidos, inclusive em barracas legalizadas. Salientou que é urgente a existência de uma fiscalização mais efetiva, bem como a aprovação de uma legislação que coíba, de fato, a venda desses fogos. Encerrou abordando um projeto de lei de sua autoria, relativo aos parklets, aprovado em dois mil e vinte e um, mas que ainda não recebeu regulamentação. Ressaltou que diversos empresários têm interesse no tema, inclusive receberam patrocínio, e que a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) se comprometeu a regulamentar a matéria. O Vereador Camilo Daniel (PT) citou dados da pesquisa Genial/Quaest, que revelam amplo apoio ao fim da jornada de trabalho no regime seis por um. Declarou que é urgente atualizar a forma como se trabalha e se regula o trabalho no Brasil; defendeu a redução da jornada de trabalho e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais mensais. Destacou que a proposta relativa ao Imposto de Renda não tem avançado, ao contrário da medida que ampliava a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a qual atingia principalmente o uso de cartões de crédito

internacionais. Afirmou que há um plebiscito popular e que é necessário que a população se mobilize e se engaje para que o Governo Federal consiga implementar seu plano de governo. Finalizou pedindo que a proposta de reforma da previdência municipal não seja votada na data de hoje. O Vereador Iran Barbosa (PSOL) defendeu que o projeto do Poder Executivo para a reforma da previdência não seja colocado em regime de urgência. Disse que a redação encaminhada coloca sobre os ombros dos servidores a totalidade do ônus pelo aumento da contribuição, de forma contrária a todas as demais propostas, nas quais também houve aumento da contribuição da administração pública. Destacou ainda que a proposta leva problemas do fundo deficitário para o fundo superavitário, permitindo que os servidores que ingressaram após mil novecentos e oitenta e sete sejam cobertos por essa parcela. Denunciou também a ausência de regras de transição, o que atinge diretamente os servidores que estão em vias de se aposentar, algo que, segundo ele, não se observa em nenhuma outra reforma. Encerrou abordando a eleição do Conselho Municipal da Previdência, a quem compete apreciar decisões relativas ao tema, e questionou se o conselho foi consultado a respeito do projeto apresentado, no qual também faltam diagnósticos técnicos. **Inscritos do Grande Expediente**, usaram da palavra os Vereadores: Elber Batalha (PSB) afirmou que acabou a discussão sobre o governador Fábio Mitidieri ter despesas excessivas com festas, destacando que a prefeita Emília Corrêa gastou mais de vinte milhões de reais no Forró Caju. Ressaltou que a realização dessas festas culturais traz retorno econômico para o turismo local, mas ponderou que os investimentos devem ser feitos de forma responsável. Criticou um parlamentar que destinou emenda parlamentar para a contratação do artista Wesley Safadão, argumentando que não é razoável destinar verba orçamentária a um único artista, quando o mais adequado seria destinar a emenda a um evento. Declarou que, pela primeira vez, o Hospital São José irá realizar biópsias em casos de suspeita de câncer de próstata, a partir de abril, e destacou que esse procedimento costuma custar mil e quinhentos reais na rede particular. Elogiou diversos vereadores que, assim como ele, destinaram emendas para a construção de novo centro cirúrgico no Hospital São José, mas criticou o cancelamento dos empenhos dessas emendas nos anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, o que causou o adiamento do processo de contratação. Chamou atenção para projeto de lei que será encaminhado a esta

Casa, tratando da adequação do regime de serviço público municipal às regras previdenciárias aprovadas durante o governo Bolsonaro. Destacou que irá cobrar que a reforma seja o menos onerosa possível, pois deseja evitar que a obrigação de adequação à lei federal seja utilizada para prejudicar ainda mais os cidadãos. Foi aparteado pelos Vereadores Ricardo Vasconcelos (PSD), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL) e Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL). O Vereador Fábio Meireles (PDT) defendeu o uso de carros adaptados para o transporte de estudantes com deficiência e disse estar satisfeito pelo município ter recebido duas vans adaptadas, destinadas a melhor atender cadeirantes e pessoas com outras limitações de mobilidade. Parabenizou a organização Olhar Carinhoso pela realização do sopão solidário, que distribuirá refeições em Aracaju. Criticou um deputado federal por falar mal das festas realizadas pelo governador Fábio Mitidieri, chegando a chamá-lo de “Fábio Festidieri”. Ressaltou que esse mesmo deputado destinou emendas parlamentares para a contratação do cantor Wesley Safadão e declarou que as festas realizadas pelo governador beneficiam o município. Afirmou que é importante evitar a hipocrisia e definiu como hipócrita a pessoa que cobra veementemente um comportamento do outro, mas não adota para si o mesmo padrão. Disse estar preocupado com o endividamento atual de Aracaju e relatou ter recebido dados extraoficiais apontando que o índice de endividamento do município passou de vinte por cento para cinquenta e sete por cento. Declarou que, se isso for verdade, trata-se de algo absurdo, considerando que a prefeita está há apenas seis meses no cargo. Finalizou ressaltando que não fará julgamento prévio, mas afirmou que a situação precisa ser averiguada. Foi aparteado pelos Vereadores Lúcio Flávio (PL) e Isac (UNIÃO BRASIL). O Vereador Isac (UNIÃO BRASIL) lamentou o fato de a reforma previdenciária, realizada em dois mil e dezenove, ter eliminado a aposentadoria por tempo de contribuição, ressaltando que os filhos dos pobres começam a trabalhar mais cedo e serão os mais afetados por essa mudança. Disse que, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os regimes próprios de previdência devem se adequar às regras dessa reforma e que, por esse motivo, os vereadores estão obrigados a realizar o aumento da alíquota. Declarou que, caso essa adequação não seja feita, a penalidade será a revogação da Certidão de Regularidade Previdenciária, o que impediria a gestão municipal de adquirir recursos federais. Solicitou que, na próxima semana, os vereadores se reúnam,

juntamente com as assessorias jurídicas, para confirmar quais as consequências, no âmbito municipal, da decisão do STF. Foi aparteado pela Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL), pelo Vereador Iran Barbosa (PSOL) e pelo Vereador Elber Batalha (PSB). O Vereador Joaquim da Janelinha (PDT) apresentou fotos da inauguração do Gonzagão e elogiou o governador por ter cumprido a promessa feita no ano passado. Parabenizou os participantes da final da disputa entre quadrilhas juninas e ressaltou que, a cada ano, são realizados mais investimentos nesse evento cultural. Declarou que o governador tem planos para transformar o Gonzagão em um complexo cultural, e não apenas em uma casa de shows. Sugeriu, ainda, que a praça da delegacia, localizada no conjunto Augusto Franco, seja reformada, pois a obra traria grande benefício para a população local. Disse estar satisfeito com a entrega da Unidade Básica de Saúde Humberto Mourão e exibiu vídeo de um morador do bairro São Conrado elogiando a atuação da Câmara nessa comunidade, ressaltando que esse mesmo morador havia feito críticas duras a esta Casa anteriormente. Foi aparteado pelos Vereadores Ricardo Vasconcelos (PSD) e Breno Garibalde (REDE). Decorrido o intervalo regimental, passou-se à **ORDEM DO DIA**: Feita a verificação de quórum, registraram presença à fase de deliberação das matérias os Vereadores: Alex Melo (PRD), Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD), Breno Garibalde (REDE), Camilo Daniel (PT), Elber Batalha (PSB), Fábio Meireles (PDT), Iran Barbosa (PSOL), Isac (UNIÃO BRASIL), Joaquim da Janelinha (PDT), Levi Oliveira (PP), Lúcio Flávio (PL), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Moana Valadares (PL), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Professora Sônia Meire (PSOL), Ricardo Vasconcelos (PSD), Rodrigo Fontes (PSB), Selma França (PSD), Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD), Thannata da Equoterapia (MOBILIZA) e Vinicius Porto (PDT) (vinte e três). Ausentes os Vereadores: Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Miltinho Dantas (PSD) e Sávio Neto de Vardo (PODEMOS) (três), todos com justificativas. Pauta de hoje, três de julho de dois mil e vinte e cinco. Projeto de Lei número 145/2024, de autoria da Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL), submetido à discussão em redação final, foi aprovado. Projeto de Lei número 146/2024, de autoria da Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL), submetido à discussão em redação final, foi aprovado. Projeto de Lei número 7/2025, de autoria do Vereador Elber Batalha

(PSB), submetido à discussão em redação final, foi aprovado. Requerimento número 234/2025, de autoria da Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL), submetido à votação única, foi aprovado. Requerimento número 238/2025, de autoria do Vereador Breno Garibalde (REDE), submetido à votação única, foi aprovado. Pela Ordem, o Vereador Elber Batalha (PSB) requereu a inclusão dos Requerimentos números 242/2025 e 245/2025 na próxima pauta de votação. Pela Ordem, os Vereadores Elber Batalha (PSB), Professora Sônia Meire (PSOL), Fábio Meireles (PDT) e Camilo Daniel (PT) requereram à Mesa Diretora uma audiência para discutir a reforma da previdência. Pela Ordem, o Vereador Iran Barbosa (PSOL) reiterou, dirigindo-se ao Vereador Isac (UNIÃO BRASIL), o pedido de dados e estudos técnicos relativos à situação da ARACAJU PREVIDÊNCIA. E, como nada mais havia a tratar, o Senhor Presidente convocou uma Sessão Extraordinária para em alguns instantes, e deu por encerrada a sessão às onze horas e vinte e cinco minutos. Para constar, lavrou-se esta Ata, que, após aprovada, será assinada pela Mesa Diretora, o inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, integram este documento.

Palácio Graccho Cardoso, três de julho de dois mil e vinte e cinco.



PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO



2º SECRETÁRIO